

L • E • T • R • A • S



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano I nº 06 Brasília, 08 de junho de 1993

Lei Orgânica do Distrito Federal



Lei Orgânica
do Distrito Federal

CÂMARA LEGISLATIVA

*A lei
do povo*

Lei Orgânica do Distrito Federal



Lei Orgânica
do Distrito Federal

Lei Orgânica
do Distrito Federal

*Autonomia nasce
com JK*

Pag.....3

Lei Orgânica: atuação parlamentar

Eurípedes
Camargo
PT



David Fleischer, cientista político da UnB, afirma que a luta pela autonomia política criou uma geração de políticos progressistas.

Brasília respira política

Maria Félix

Da Comunicação Social

Desde o início, participamos intensamente do processo de elaboração da Lei Orgânica, conscientes da sua importância para a população do Distrito Federal. Na condição de membro da Comissão de Política Urbana e Rural, publicamos um caderno com nossas propostas, resultado de discussões com associações comunitárias, pesquisadores, técnicos, deputados e assessores dos gabinetes petistas.

Por considerarmos de fundamental importância divulgar e estimular o debate, tão logo o texto foi aprovado na Comissão, remetemos cópias a diversas pessoas que trabalham e atuam na área. Em fevereiro de 1992, promovemos um ciclo de debates com a participação de professores da Universidade de Brasília, técnicos do governo, representantes do movimento popular e parlamentares. Isso resultou na publicação de um outro caderno — As Questões Urbana e Rural na Lei Orgânica, importante documento para a memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Apesar de algumas derrotas, o saldo foi positivo, pois conseguimos aprovar propostas básicas, como a prevalência do interesse coletivo sobre individual, do interesse público sobre o privado, a participação popular em todo o processo do Plano Diretor, o solo criado, a oferta de lotes com infra-estrutura básica, a manutenção das terras públicas rurais. Enfim, lutamos por propostas que contribuam para um desenvolvimento urbano e rural com mais justiça social, buscando viabilizar, a todos, o direito à cidade e ao campo.

Fernando
Naves
PP



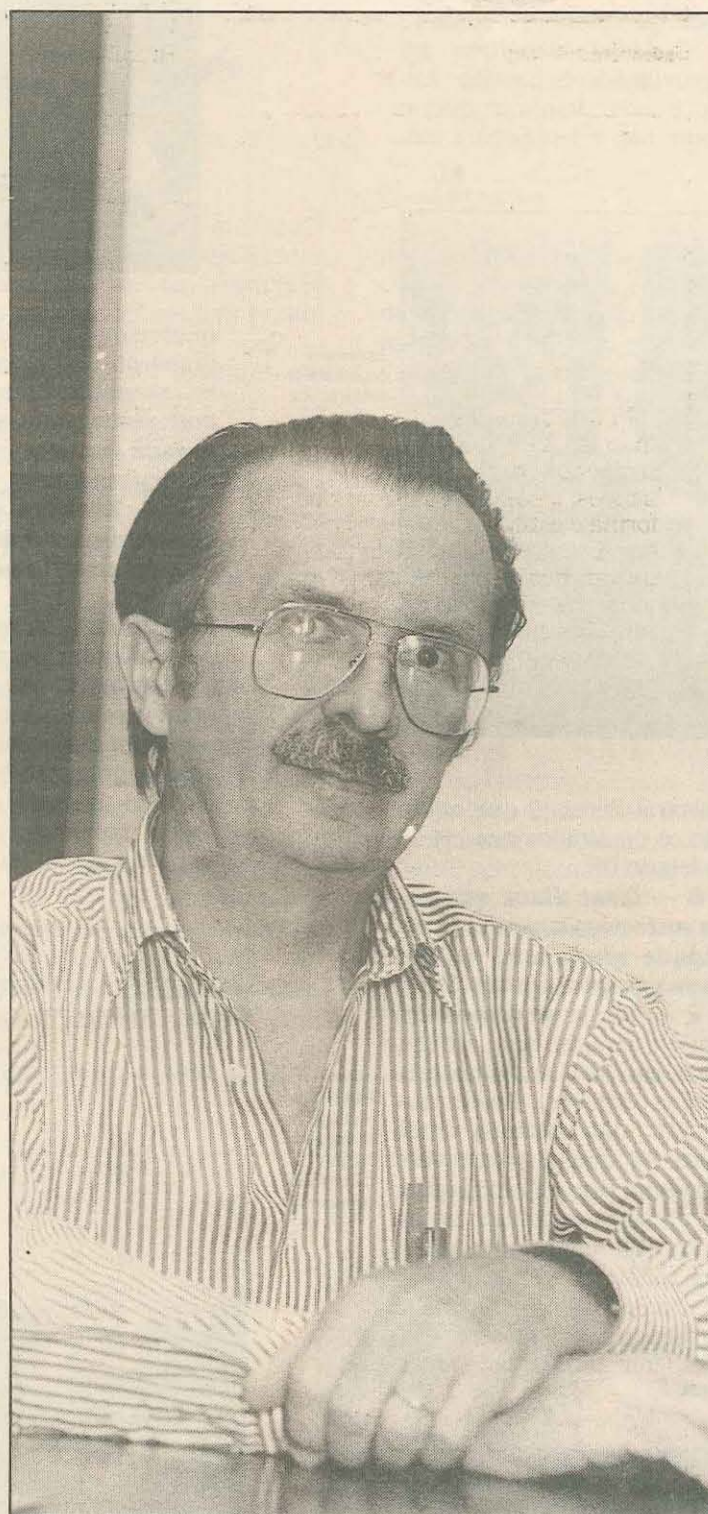
Brasília extrapolou todas as previsões. Criada para ter cerca de 500 mil habitantes no ano 2000 e ser somente a capital administrativa do País, sem universidades, operários e representação política, a cidade hoje, aos 33 anos de idade, abriga 1 milhão e 800 mil pessoas, tem um dos eleitorados mais politizado do Brasil e seus políticos possuem um perfil progressista.

Ironia do destino? Nem tanto, responde o cientista político David Fleischer, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ao lembrar que a lei que autorizou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília previa autonomia política já que a região do Distrito Federal, naquela época no RJ, tinha sua representatividade.

Mas essa autonomia só veio depois de longos 30 anos, após uma luta árdua, longa e complexa, favorecendo o amadurecimento da sociedade e criando uma geração de políticos "mais ou menos progressista", na visão de Fleischer.

O cientista político faz outras revelações nesta entrevista, concedida na Associação dos Docentes da UnB (Adunb), poucas horas antes de um encontro de candidatos a Reitor da universidade. Ele vem assessorando a UnB politicamente nos processos eleitorais para a escolha de Reitor. Professor da UnB há 21 anos, Fleischer acompanha de perto a vida política da cidade e fala com conhecimento de causa que há uma certa rebeldia em Brasília, iniciada há muitos anos com a luta pela sua independência e autonomia política.

1 — Ao seu ver, Brasília nasceu mesmo com a concepção de ser apenas uma unidade administrativa do País? Ou existe uma outra história?
R — Sim, ela nasceu com



a concepção de ser apenas uma cidade administrativa. Mas a lei que autorizou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília previa autonomia política aqui, já que a região do DF, no RJ, tinha sua representatividade e como se tratava de uma transferência... Só que as autoridades não deram bola para isso, uma vez que queriam aqui somente a cidade administrativa, sem os conflitos de outras capi-

tais. Uma das razões de se criar Belo Horizonte, por exemplo, foi o fato da capital Ouro Preto não ter mais área para se expandir. Com o Rio de Janeiro aconteceu o mesmo. Ele estava sobrando pelo ladrão. O ex-presidente da Argentina, Raul Alfonsín, tinha a idéia de tirar a capital de Buenos Aires para outro lado, menos desenvolvido, não só por uma questão de segurança mas para fazer o país crescer para o Sul. Os

presidentes da República sempre pensaram nessa questão, isto é, a de puxar o desenvolvimento para o lado mais atrofiado, no caso do Brasil, o Centro-Oeste, favorecendo a interiorização. O Rio de Janeiro sempre foi vulnerável a assalto naval e a questão da transferência ficava cada vez mais clara.

2 — Mas como seria essa região administrativa, no Planalto Central?

R — Os governantes queriam proibir a vinda de muitos operários para cá, não queriam universidades e nem "gaiola de ouro" (Câmara de Vereadores). Esse era um medo natural na época. Muitos presidentes da República tiveram problemas no Rio de Janeiro. O Getúlio Vargas, por exemplo, demitiu o prefeito do RJ, Pedro Ernesto, nos anos 30, quando o mesmo se aproximou de Luís Carlos Prestes.

A Universidade de Brasília só nasceu porque alguns assessores do então presidente Juscelino Kubitschek disseram a ele que um dos presidentes dos Estados Unidos, no caso Thomas Jefferson, queria ser conhecido depois de morto como fundador da Universidade de Virgínia. Colocaram na cabeça de Juscelino que seria muito bom ele entrar para a história como fundador da Universidade de Brasília.

3 — E a autonomia política de Brasília foi conseguida com muita luta ou ela veio naturalmente com o processo de redemocratização do País?

R — Ela veio com muita luta, principalmente a dos empresários, mas só se concretizou porque o País se redemocratizou a partir de 1985 e com a convocação da Constituinte abriu-se uma brecha para o Distrito Federal ter representação a nível de Câmara e de Senado. Mas foi em 1991 que a cidade conquistou maior autonomia com a posse do governador eleito e dos deputados

O deputado Fernando Naves (PP) foi Secretário da Comissão de Sistematização no processo de elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. Coube a Naves relatar os títulos das Disposições Gerais e Disposições Transitórias. Neste trabalho teve a oportunidade de analisar várias matérias de cunho polêmico.

Na avaliação do deputado Naves, umas das matérias que mais causou atrito na CLDF foi a que concede a independência ao Ministério Público do Tribunal de Contas do DF. Neste capítulo, Naves garantiu a total independência, inclusive, permitindo a eleição direta para Procurador Geral do Distrito Federal (O TCDF homenageou o parlamentar por sua atuação, concedendo-lhe uma placa de agradecimento).

Referindo-se aos demais títulos, coube ao deputado a responsabilidade de garantir condições para um bom desempenho das atividades de segurança pública, o que proporciona melhores condições de tranquilidade ao cidadão brasileiro. Nas conquistas ligadas diretamente à Polícia Militar e Bombeiro Militar no DF, defendidas por Naves, ressalta-se: assistência jurídica aos integrantes da PM e BM, garantia de helicóptero para patrulhamento de trânsito, definição de competência para o policiamento de tráfego e, por último, a garantia aos aposentados dos mesmos vencimentos que recebia na ativa, este benefício estende-se às pensionistas.

distritais. As entidades que mais lutaram para a existência dessa autonomia foram a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit), Universidade de Brasília, sindicatos, além dos empresários de um modo geral. Taguatinga lutou muito porque a cidade-satélite possuía uma receita capaz de se auto-sustentar.

4 — Então a autonomia política está intimamente ligada à autonomia financeira?

R — De certa forma sim. As cidades que possuem uma receita superior às demais, mas não têm meios

R — Representa a liberdade da população em saber que está sendo governada por uma pessoa que ela eleger e não por um militar de plantão. Mas não ficamos livres totalmente do estigma do militarismo. A Polícia Militar continua fazendo das suas. E, por isso, de vez em quando há uma recaída em termos dessa conquista da autonomia. Haja visto a recente Lei Seca imposta pelo secretário de Segurança Pública, proibindo o consumo de bebidas alcoólicas na Agrovila São Sebastião. Aliás, é bom lembrar que o nome não é Lei Seca e sim

Arquivo/F.Tolentino



As pessoas conhecem os políticos em carne e osso.

para gerir os próprios recursos, lutam para ter seus representantes, os quais vão administrar os recursos. Só que Taguatinga lutou pela autonomia política e, até o momento, não a tem, dependendo sempre do Governo do Distrito Federal já que sua arrecadação, a maior do DF, vai para um caixa comum a qual é distribuída de acordo com as necessidades do GDF. É preciso, portanto, que haja a municipalização.

5 — O que esta autonomia política representa hoje para a cidade?

Portaria Seca, já que agora são os deputados que criam as leis do DF.

6 — Quer dizer que essa autonomia política da cidade ainda não se firmou completamente?

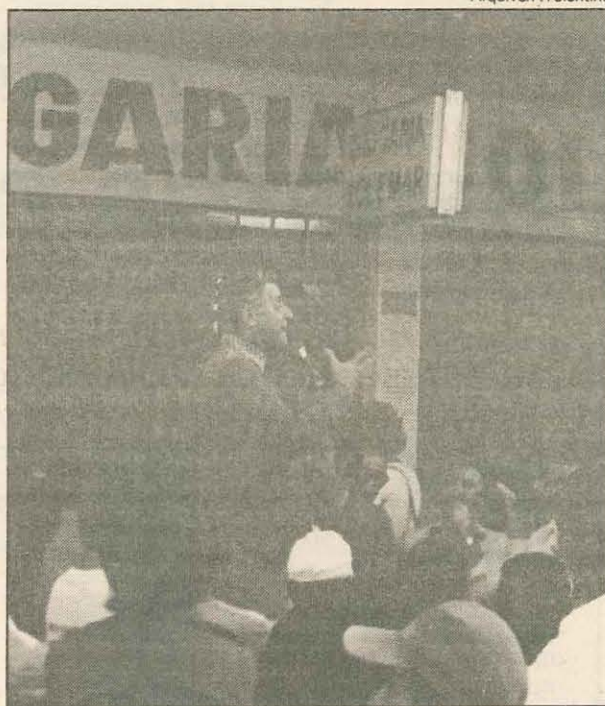
R — Ela já se firmou em parte e acredito que será testada em 1994, com as próximas eleições. Neste momento, nós estamos tendo sorte já que o governador Joaquim Roriz é um tocador de obras e um político muito hábil. Ele negociou a greve dos rodoviários em uma noite. Na época dos militares já presenciamos greves longas, com muita violência e

Arquivo/F.Tolentino



da capital do RJ para Brasília previa a autonomia política."

"A cidade vive e respira política 24 horas diárias.



Arquivo/F.Tolentino

quebra-quebra. O Roriz não preparou ninguém para ser seu sucessor. Portanto, essa autonomia conquistada será testada em 94 e espero que não haja recaídas.

7 — Brasília continua sendo uma cidade atípica, mesmo tendo autonomia?

R — Continuará sempre atípica, mesmo possuindo representatividade ampla igual às demais cidades. O seu formato é atípico, há uma segregação horizontal. Todo o pessoal de classe média baixa mora hoje na periferia das cidades-satéli-

30 quilômetros. Portanto, Brasília foi feita para ter segurança.

8 — Podemos dizer que já existe uma geração de políticos na cidade?

R — Tem gente que veio para cá com seis anos e hoje está com 36 anos. Este é o caso da UnB, que já formou sua primeira geração de alunos no final dos anos 70. Já alcançamos a nossa geração, mas a política não. A Câmara Federal já abrigou deputados com pouco mais de 20 anos. Mas a Câmara Legislativa não tem político com idade abaixo dos 34

Arquivo/F.Tolentino



tes e é isolado por um cinturão verde. E a periferia de Brasília representa hoje 2/3 dos votos dos eleitores. No Rio e em São Paulo isso não acontece. Por exemplo, se essa população quiser invadir o Plano Piloto, o governo apenas corta qualquer sistema de transporte e ela terá que caminhar pelo menos

anos. Esse pessoal não teve oportunidade antes de entrar na política e agora é que está começando. Acredito que nos próximos anos haverá políticos locais mais jovens, assim como em outros estados cujos representantes começam cedo na vida política, como vereador e chegam a governador.

9 — Como é o perfil do político brasileiro?

R — Mais ou menos progressista. Não existe nenhum radicalmente reacionário. Há basicamente dois tipos de político em Brasília. O progressista de fachada e o progressista real. O primeiro quer incrementar o progresso, oferecer, mais serviços, construir casas populares e gerar mais empregos, mas é contra eleições diretas para administrador das cidades-satélites, diretor de escolas, hospitais, etc. O segundo defende tudo isso, isto é, o desenvolvimento e também maior representatividade popular nos destinos da cidade. Ambos, porém, com uma boa dose de populismo.

10 — A população é mais politizada do que a de outros estados?

R — É. O Lula ganhou as eleições presidenciais duas vezes aqui em Brasília e somente aqui, no primeiro e no segundo turno. A cidade vive e respira política 24 horas diárias. As pessoas conhecem os políticos em carne e osso. Há ainda muita gente manipulável na periferia, que troca seu voto por um telhado novo de madeirite. Brasília tem a maior renda per capita do País, não tem poluição do ar, nem níveis muito altos de violência e é altamente politizada, exigindo maior atenção por parte dos políticos.

11 — Já existe uma maturidade política cidade, embora, a maioria de sua população tenha votado pela primeira vez?

R — Só vamos alcançar a maturidade plena quando tivermos a municipalização, com a escolha de prefeitos, de uma Câmara de Vereadores e de uma Assembleia Legislativa. Por enquanto, temos uma autonomia política parcial. Essa questão da municipalização vai ser testada nas próximas eleições. Os políticos vão ter que mostrar a cara, principalmente durante a revisão constitucional, que começa em outubro deste ano. A não ser que joguem essa revisão para 1995, para depois das eleições. Se isso não acontecer, os políticos da cidade terão que se posicionar contra ou a favor da municipalização, um assunto polêmico que renderá muito pano para manga. Pesquisas já apontaram que a população quer autonomia ampla geral e irrestrita. Quem viver verá.